



IBIUNA MACRO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
(“Ibiuna”)

POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS
(“Política”)

JANEIRO 2025

Sumário

1. Objetivo	3
2. Base Legal	4
2.1. Interpretação e Aplicação.....	4
3. Disposições Gerais	5
3.1. Processo de Seleção e Contratação.....	5
3.2. Processo de <i>Know Your Partner</i> (KYP)	5
3.3. Formalização Contratual	6
4. Disposições Específicas	7
4.1. Relação entre os Prestadores de Serviços Essenciais.....	7
4.2. Seleção e Contratação de Corretoras	8
4.3. Seleção e Contratação de Cogestores.....	8
4.4. Seleção e Contratação de Distribuidores.....	8
4.5. Seleção e Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito.....	9
4.6. Seleção e Contratação de Formadores de Mercado.....	10
4.7. Seleção e Contratação de Consultores de Investimento.....	10
5. Procedimentos Pós Contratação de Terceiros	10
5.1. Regra Geral	10
5.2. Dever de Fiscalização	12
5.2.1. Seleção e Contratação de Escritórios de Advocacia.....	12
5.3. Delegação de Responsabilidades da Ibiuna.....	12
5.4. Supervisão Baseada em Risco (“ABR”)	13
5.4.1. Grau de Risco.....	13
5.4.2. ABR KYP - Supervisão.....	15
5.4.3. ABR KYP - Fiscalização	15
6. Vigência e Atualização.....	16

1. Objetivo

Definir o processo adotado pela Ibiuna para a supervisão e contratação de terceiros em nome dos fundos de investimento sob sua gestão e de suas respectivas classes e/ou subclasses, se houver (“Fundos”, “Classes” e “Subclasses”, respectivamente).

Por força da regulamentação, a Ibiuna, conjuntamente com o administrador fiduciário (“Administrador”), é considerada prestadora de serviços essencial dos Fundos (em conjunto, “Prestadores de Serviços Essenciais”).

No âmbito da sua atividade como gestora de recursos e seguindo a regulação vigente, a Ibiuna relaciona abaixo os serviços e prestadores que são contratados em nome dos Fundos, os quais são objeto da presente Política:

- › intermediação de operações para a carteira de ativos (incluindo corretoras de câmbio);
- › distribuição de cotas;
- › consultoria de investimentos;
- › classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito;
- › formador de mercado de classe fechada (exceto para os fundos de investimento imobiliário); e
- › cogestão da carteira de ativos.

Tendo em vista a dinâmica de atuação entre os Prestadores de Serviços Essenciais, a Ibiuna também poderá contratar outros serviços em benefício do Fundo que não estejam indicados acima, observado que, nesse caso:

- › a contratação não ocorre em nome da Classe, salvo previsão nos respectivos documentos regulatórios ou aprovação em assembleia; e
- › em relação ao prestador de serviço contratado que não seja um participante de mercado regulado pela CVM, ou que, o serviço prestado à Classe não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, a Ibiuna deve fiscalizar as atividades do terceiro contratado relacionadas à Classe, observada regulamentação em vigor.

Para fins desta Política, os prestadores de serviço complementares contratados pela Ibiuna serão denominados “Terceiros”.

O processo de contratação e monitoramento adotado pela Ibiuna é efetuado visando o melhor interesse dos Fundos e a mitigação de potenciais conflitos de interesse, em especial nos casos em que haja ligação direta ou indireta entre o contratado e demais

prestadores de serviços ou investidores.

Nesse sentido, ao contratar prestadores de serviço que porventura pertençam ao seu Conglomerado ou Grupo Econômico, ou ao Conglomerado ou Grupo Econômico dos investidores dos Fundos sob sua gestão, a Ibiuna zelarà para que as operações observem condições estritamente comutativas ora estabelecidas nesta Política.

Para fins desta Política, “Conglomerado” ou “Grupo Econômico” significa um conjunto de entidades controladoras diretas ou indiretas, controladas, coligadas ou submetidas a controle comum.

2. Base Legal

- (i) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”): Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários;
- (ii) Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) (“Código AGRT”);
- (iii) Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, especialmente seu Anexo Complementar III;
- (iv) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”) e seus Anexos Normativos: Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos; e
- (v) Demais manifestações e ofícios orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores aplicáveis às atividades da Ibiuna.

2.1. Interpretação e Aplicação

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a Fundos abrangem as Classes e Subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM 175; e (d) as referências às Classes abrangem os Fundos ainda não adaptados à Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis, no que couberem, aos Fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 (i.e., 02/10/2023) e aos Fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da

referida Resolução. A Ibiuna e os Fundos deverão observar as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), e de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, inclusive, no que diz respeito à responsabilidade e às atribuições da Ibiuna enquanto gestora da carteira dos Fundos até a data em que tais Fundos se adaptem às regras da Resolução CVM 175.

3. Disposições Gerais

3.1. Processo de Seleção e Contratação

O processo de seleção e contratação de terceiros é conduzido de forma conjunta pelo Diretor de Gestão, conforme definido no Formulário de Referência da Ibiuna, responsável pela seleção e indicação dos potenciais contratados, e pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, conforme definido no Formulário de Referência da Ibiuna, responsável pela condução do processo de *due diligence* prévio à contratação, conforme detalhado adiante.

O início das atividades do Terceiro deve ser vinculado à formalização da contratação e nenhum tipo de pagamento poderá ser efetuado antes da celebração do contrato. As tratativas acerca do vínculo contratual serão conduzidas pela Equipe de Gestão da Ibiuna, que contará com o auxílio da Equipe de Riscos e *Compliance*, de departamento jurídico interno e/ou assessores jurídicos externos, quando necessário.

3.2. Processo de Know Your Partner (KYP)

O processo de *Know Your Partner* (“KYP”) será realizado pela Ibiuna previamente à contratação e será aplicável aos Terceiros e ao Administrador dos Fundos.

Tal processo visa obter informações qualitativas sobre o contratado que tenha interesse em iniciar vínculo jurídico com a Ibiuna ou os Fundos, nos termos desta Política, de modo a permitir melhor julgamento durante a pré-seleção.

Quando aplicável, o KYP será feito mediante a apresentação do Questionário ANBIMA de *Due Diligence*, na forma e conteúdo aprovados pelo autorregulador.

Adicionalmente à análise dos aspectos já previstos no Questionário ANBIMA de *Due Diligence* ou caso o referido Questionário não seja aplicável, a Ibiuna deverá avaliar, sem prejuízo de itens específicos abaixo indicados, ao menos os seguintes elementos:

- (i) Identificação dos controladores;

- (ii) Existência de participação da pessoa jurídica e respectivos sócios, diretos e indiretos e diretores, em sociedades que prestem serviços ou atuem nos mercados financeiro e de capitais;
- (iii) Existência de processos administrativos e/ou judiciais relacionados ao Terceiro, bem como a seus sócios diretos e indiretos e diretores; e
- (iv) Existência de corpo técnico e estrutura tecnológica adequados à prestação dos serviços contratados.

Em todos os casos, a Equipe de Riscos e *Compliance* exigirá, no que couber, a documentação comprobatória das informações prestadas. Caso não seja possível aferir a veracidade da informação por meio de documentos comprobatórios, a Equipe de Riscos e *Compliance* envidará melhores esforços para conferir tais informações por meio de mecanismos adicionais.

Como parte do processo de KYP, a Ibiuna realizará a classificação dos Terceiros e do Administrador com base na abordagem baseada em risco.

Por sua vez, estão dispensadas da realização do processo de KYP as contratações de Terceiros que pertençam ao mesmo grupo econômico da Ibiuna, desde que observados os princípios previstos no Código de AGRT em relação a tal contratação.

3.3. Formalização Contratual

Observadas as disposições específicas previstas adiante, o contrato escrito a ser celebrado pela Ibiuna, seja em nome do Fundo ou relacionado com as atividades do Fundo, deverá prever, no mínimo, cláusulas que tratam:

- (i) das obrigações e deveres das partes envolvidas;
- (ii) da descrição das atividades que serão contratadas e exercidas por cada uma das partes;
- (iii) da obrigação de cumprir suas atividades em conformidade com as disposições previstas na regulamentação e autorregulação aplicáveis à atividade e, no que aplicável, a cada tipo de Fundo; e
- (iv) que os Terceiros contratados devem, no limite de suas atividades, deixar à disposição dos Prestadores de Serviços Essenciais todos os documentos e informações exigidos pela regulação em vigor que sejam necessários para a elaboração de documentos e informes periódicos obrigatórios, salvo aqueles considerados confidenciais, nos termos da regulação em vigor.

Quando a contratação envolver o acesso a informações sigilosas dos Fundos e da Ibiuna, o contrato deverá prever cláusula de confidencialidade, podendo, ainda,

estabelecer multa em caso de quebra de sigilo. O contrato ou documento próprio poderá prever, ainda, a obrigatoriedade de obtenção de termo de confidencialidade junto aos funcionários dos prestadores de serviços contratados que venham a ter acesso às informações confidenciais, com compromisso de sigilo em relação a tais informações.

4. Disposições Específicas

Adicionalmente às disposições gerais acima detalhadas, os seguintes procedimentos deverão ser adotados de acordo com o escopo da contratação realizada pela Ibiuna ou da relação mantida.

4.1. Relação entre os Prestadores de Serviços Essenciais

Em que pese não haja relação de subordinação ou contratação entre o Administrador e a Ibiuna, considerando que ambos são Prestadores de Serviços Essenciais, previamente ao início de um novo Fundo, a Ibiuna deverá verificar se o Administrador:

- › está habilitado a exercer referida atividade e é uma instituição participante da ANBIMA; e
- › possui estrutura e procedimentos adequados para a execução de suas funções, inclusive no que se refere à interação com outros prestadores de serviços, especialmente os distribuidores.

Adicionalmente, o instrumento que regerá a relação entre os prestadores de serviços essenciais do Fundo deverá estabelecer: os fluxos informacionais e responsabilidades de cada prestador de serviço essencial, constando no mínimo os seguintes aspectos:

- (i) fluxo de disponibilização e envio de informações aos órgãos reguladores e autorreguladores, bem como em relação ao estabelecimento de Fundos, Classes e Subclasses, se houver;
- (ii) deveres quanto aos limites de concentração;
- (iii) controles de gerenciamento de liquidez das Classe;
- (iv) inexistência de responsabilidade solidária entre os Prestadores de Serviço Essenciais e demais prestadores de serviços complementares, bem como os parâmetros de aferição de responsabilidade de cada parte;
- (v) procedimento para a divulgação de fatos relevantes dos Fundos; e
- (vi) fluxo de informações em relação aos prestadores de serviço contratados pelo administrador ou pela Ibiuna, em nome do Fundo.

A Ibiuna deverá também atualizar o KYP do administrador fiduciário periodicamente, de acordo com a classificação de risco atribuída no âmbito da abordagem baseada em risco, detalhada nesta Política.

4.2. Seleção e Contratação de Corretoras

Na seleção das Corretoras com os quais se relaciona, a Ibiuna busca cultivar transparência e franqueza em relação a potenciais conflitos de interesse, práticas de remuneração, benefícios indiretos, e outros fatores que possam interferir na escolha do prestador de serviço. Por essa razão, adota uma política de *best execution*, buscando os melhores interesses de seus clientes.

Os deveres principais da Ibiuna em relação à *best execution* são: (a) dever de considerar preços, custos, velocidade, probabilidade de execução e liquidação, tamanho, natureza de ordens e quaisquer outros elementos relevantes para a estratégia; (b) dever de colocar os interesses dos clientes acima de seus próprios; (c) dever de minimizar o risco de conflito de interesse; (d) dever de ativamente evitar transações conflitadas, e negociações paralelas sem a necessária transparência e consentimento do interessado; e (e) dever de reverter todo e qualquer benefício direta ou indiretamente recebidos em relação à execução de ordens de clientes.

A Ibiuna pode receber relatórios de *research* e outros serviços relacionados além do serviço de execução de ordens em seus relacionamentos com os Terceiros através de “*Soft Dollar*”. As disposições específicas sobre a política de *Soft Dollar* estão detalhadas no Código de Ética da Ibiuna.

4.3. Seleção e Contratação de Cogestores

Ao contratar cogestor para atuação junto às Classes, a Ibiuna deve:

- › Assegurar que o cogestor contratado é instituição aderente ou associada à ANBIMA, exceto se expressamente dispensada nos termos do Código de AGRT; e
- › Definir claramente as atribuições de cada gestor no contrato de prestação de serviços respectivo, o que inclui, no mínimo:
 - (i) a indicação do mercado específico de atuação de cada gestor;
 - (ii) a Classe ou as Classes objeto dos serviços de cogestão; e
 - (iii) quando aplicável nos termos da regulação em vigor, a limitação das ordens ao mercado específico de atuação de cada gestor perante o custodiante da Classe contratante.

4.4. Seleção e Contratação de Distribuidores

Adicionalmente às disposições de contratação previstas acima, na hipótese de contratação de distribuidores de cotas dos Fundos, a Ibiuna deverá verificar:

- › Independentemente da modalidade de distribuição: que o distribuidor está habilitado a exercer referida atividade, e possui estrutura e procedimentos adequados para a execução de suas funções, inclusive no que se refere à interação com outros prestadores de serviços, especialmente o administrador fiduciário; e
- › Caso a distribuição seja realizada na modalidade por conta e ordem: confirmar que o distribuidor: (a) está autorizado a prestar os serviços de escrituração de valores mobiliários, ou providenciará o depósito das cotas em central depositária de valores mobiliários ou seu registro em mercado organizado, de modo a possibilitar a identificação do cotista efetivo; e (b) assumirá todos os ônus e responsabilidades relacionadas aos clientes, inclusive quanto a seu cadastramento, identificação e demais procedimentos que, caberiam originalmente ao administrador fiduciário na forma da regulamentação aplicável.

Em adição ao previsto acima, no âmbito da contratação de distribuidores, a Ibiuna deverá verificar, ainda, as disposições previstas na sua Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP e de Cadastro.

4.5. Seleção e Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito

Sem prejuízo dos demais requisitos estipulados na Política, os contratos firmados com agências classificadoras de risco deverão contar com as seguintes previsões adicionais:

- (i) cláusula que obrigue a agência de classificação de risco de crédito a divulgar, imediatamente, em sua página na rede mundial de computadores e comunicar à CVM e aos Prestadores de Serviços Essenciais qualquer alteração da classificação da Classe ou a rescisão do contrato;
- (ii) a rescisão do contrato somente é admitida mediante a observância de período de carência de 180 (cento e oitenta) dias corridos, sendo obrigatória a apresentação, ao final desse período, de relatório de classificação de risco elaborado pela mesma agência; e
- (iii) caso a rescisão do contrato ocorra por deliberação da assembleia de cotistas, o prazo referido acima deverá ser equivalente a 90 (noventa) dias corridos.

A contratação de agência classificadora de risco de crédito, caso não haja previsão no regulamento do Fundo, deverá ser objeto de Fato Relevante.

4.6. Seleção e Contratação de Formadores de Mercado

Observadas as demais disposições da Política, na contratação e no encerramento da prestação de serviços de Formadores de Mercado aos Fundos, a Ibiuna deverá divulgar Fato Relevante ou, alternativamente, informar o administrador fiduciário para que este divulgue Fato Relevante.

4.7. Seleção e Contratação de Consultores de Investimento

Na seleção e contratação de consultores de investimento, a Ibiuna deverá verificar se o consultor possui as autorizações regulatórias necessárias para desempenhar a atividade contratada (i.e., na hipótese de prestação de serviço de consultoria de valores mobiliários), bem como as políticas e manuais exigidos pela regulamentação em vigor aplicável às atividades do consultor, caso aplicável.

O contrato firmado com o consultor deverá prever a vedação do recebimento, pelo consultor, de qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente, que potencialmente prejudique sua independência no exercício de suas atribuições.

5. Procedimentos Pós Contratação de Terceiros

5.1. Regra Geral

Após a formalização do vínculo contratual, a Ibiuna providenciará a classificação dos Terceiros e do Administrador de acordo com a Abordagem Baseada em Risco detalhada adiante, a qual será atualizada de tempos em tempos, conforme o resultado de tal abordagem ou caso a Ibiuna tome conhecimento de algum fato desabonador que, no entendimento da Ibiuna possa afetar a prestação de serviços.

O processo de reavaliação e o monitoramento do risco envolvido nas atividades contratadas será realizado até que ocorra o término do relacionamento com o Terceiro. O acompanhamento será de responsabilidade da Equipe de Riscos e *Compliance*, que poderá contar com o auxílio do Diretor de Gestão.

A análise, para fins de monitoramento, deverá considerar o objeto contratado vis a vis a entrega realizada, com ênfase nas eventuais disparidades, na tempestividade e qualidade esperadas. Ainda, o monitoramento deve ser capaz de identificar preventivamente atividades que possam resultar em riscos para a Ibiuna.

Tendo em vista a estrutura da Ibiuna, o processo para monitoramento contínuo do Terceiro contratado será conciso e objetivo. Em linhas gerais, a Equipe de Riscos e *Compliance*, contando com o auxílio do Diretor de Gestão, poderá avaliar o desempenho do Terceiro *versus* a expectativa e metas traçadas quando da sua contratação, a relação custo-benefício e o grau de segurança empregado nas suas tarefas. Sem prejuízo, em casos específicos, adotará controles mais rigorosos, conforme adiante detalhado na seção abaixo, a qual trata da abordagem baseada em risco em relação aos Terceiros contratados.

A partir dos elementos supracitados, a Equipe de Riscos e *Compliance* confeccionará, em periodicidade mínima anual, relatório a ser enviado por e-mail - com confirmação de recebimento - aos demais diretores e sócios da Ibiuna, para fins de ciência.

Na hipótese de serem encontradas desconformidades e ressalvas, a Equipe de Riscos e *Compliance* notificará imediatamente o Terceiro, para que este repare a questão ou adeque a sua conduta dentro do prazo que a Ibiuna entender razoável, respeitando, sempre, o contrato celebrado. Caso o Terceiro contratado não cumpra com os termos exigidos na notificação, o Diretor de Riscos e *Compliance* poderá proceder com as providências necessárias para a execução da cláusula indenizatória eventualmente prevista ou com a descontinuidade do serviço, observado, ainda, eventuais procedimentos adicionais previstos na documentação regulatória das Classes.

Exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação e detalhados no item 5.2. abaixo, a atualização de KYP não deve ser entendida como uma fiscalização, por parte da Ibiuna, em relação aos Terceiros, tendo em vista que tais Terceiros, usualmente:

- › são altamente regulados pela CVM e, conforme o caso, também pelo Banco Central do Brasil e/ou autorregulados pela ANBIMA;
- › passaram por processos cada vez mais robustos e detalhados de credenciamento e habilitação para o desempenho de suas atividades, tendo que apresentar e demonstrar a existência de corpo técnico adequado às atividades e atuação, manuais e políticas claros, e a existência de procedimentos internos compatíveis (incluindo treinamentos periódicos a todos os colaboradores);
- › são alvo de contínua fiscalização, quer seja pelas rotinas periódicas criadas pelos respectivos órgãos e entidade, ou em decorrência de acontecimentos e demandas específicas;
- › estão sujeitos, em sua maioria, à obrigatoriedade de robusto regime informacional institucional e de suas atividades, de forma pública ao mercado; e

- › tem suas atribuições claramente indicadas nas normas aplicáveis às suas atividades.

5.2. Dever de Fiscalização

Adicionalmente à aplicação do processo de KYP inicial e periódico, a Ibiuna deve fiscalizar o prestador de serviço contratado exclusivamente caso este não seja um participante de mercado regulado pela CVM ou caso o serviço por ele prestado à Classe não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, observada regulamentação em vigor, devendo adotar, ainda, os procedimentos indicados abaixo, conforme aplicável.

5.2.1. Seleção e Contratação de Escritórios de Advocacia

Observadas as disposições da regulamentação, a Ibiuna será responsável pela contratação de escritórios de advocacia para realizar a defesa dos interesses das Classes, em juízo ou fora dele, em casos relacionados a direitos ou ativos detidos pelas Classes.

Adicionalmente às demais disposições da presente Política, a Ibiuna deverá tomar as seguintes providências em relação à contratação e acompanhamento da prestação de serviço por escritórios de advocacia:

- › quando aplicável, para as Classes que sejam parte de processos administrativos ou judiciais, solicitar aos escritórios de advocacia a elaboração de notas explicativas para as demonstrações financeiras, contendo a classificação de risco de referidos processos (i.e., provável, possível ou remoto);
- › monitorar o andamento dos processos judiciais e administrativos em que a Classe seja parte, em conjunto com o advogado contratado, a fim de identificar potenciais contingências que possam ser objeto de fato relevante das Classes, informando o administrador fiduciário acerca da eventual necessidade de estabelecimento de provisões na carteira das Classes; e
- › solicitar a elaboração de relatórios periódicos acerca dos processos judiciais ou administrativos e os fornecer ao administrador fiduciário ou à auditoria independente das Classes para atendimento das exigências regulatórias aplicáveis às demonstrações financeiras das Classes.

5.3. Delegação de Responsabilidades da Ibiuna

A Ibiuna poderá, ainda, contratar ou delegar a realização de determinadas obrigações a ela atribuídas, por força da regulamentação, exemplificativamente, o processo de

KYP em relação aos prestadores de serviço complementares, o enquadramento prévio de operações, a verificação de critérios de elegibilidade e do lastro, dentre outras.

Tais serviços poderão ser delegados para outros prestadores de serviço dos Fundos de Investimento, incluindo, mas não se limitando, para o administrador fiduciário ou custodiante, não obstante, a responsabilidade final pela aprovação e contratação dos prestadores de serviço complementares mencionados nesta Política permanece sendo atribuída à Ibiuna, em que pese o direito de regresso da Ibiuna em relação à conduta do prestador de serviço contratado, conforme estabelecido em contrato.

Nos contratos firmados com Terceiros que estejam sujeitos à fiscalização da Ibiuna, por força da regulação, a Ibiuna deverá assegurar a possibilidade de rescisão do contrato unilateralmente e sem ônus para o Fundo, na hipótese em que o Terceiro contratado não seja aprovado pelos processos internos de contratação e monitoramento, observados os períodos de cura para saneamento de incorreções identificadas pela Ibiuna em seu processo de monitoramento.

5.4. Supervisão Baseada em Risco (“ABR”)

A Supervisão Baseada em Risco tem como objetivo destinar maior atenção aos Terceiros que demonstrem maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação ou representem potencialmente um dano maior para os investidores e para a integridade do mercado financeiro e de capitais.

5.4.1. Grau de Risco

A Ibiuna segue a metodologia abaixo para a realização de supervisão baseada em risco dos Terceiros com quem possua vínculo contratual, os quais são classificados de acordo com os seguintes graus de risco:

“Alto Risco”. Prestadores de serviços que, conforme o caso: (a) que tenham sido acusados e condenados em processo administrativo sancionadores por parte da CVM ou em processo de apuração de irregularidade por parte da ANBIMA nos últimos 2 (dois) anos; e/ou (b) que tenham sido acusados ou condenados em processos judiciais ou administrativos que possam afetar a prestação de serviços e a reputação profissional nos últimos 2 (dois) anos; (c) que não possuam políticas ou procedimentos internos atualizados em consonância com a regulamentação e autorregulação, quando aplicável; (d) cujos sócios ou diretores tenham sido objeto de condenação transitada em julgado em processos envolvendo LD/FTP ou práticas de corrupção, nos últimos 2 (dois) anos; (e) quando, na hipótese em que haja fiscalização de atividades pela Ibiuna, o resultado dos testes periódicos realizados, por

amostragem, em relação aos controles e procedimentos adotados pelo Prestador de Serviço Complementar para desempenho das atividades contratadas demonstrar que tais controles e procedimentos apresentem deficiências que possam comprometer a prestação de serviços e o prestador de serviço se comprometa a saná-los em prazo acordado com a Ibiuna; e (f) critérios objetivos e subjetivos adicionais.

“Médio Risco”. Prestadores de serviços que: (a) cujas atividades sejam autorreguladas pela ANBIMA e que forem associados ou aderentes aos Códigos, mas que no processo de *due diligence* prévio à contratação apresentaram informações suspeitas, inconsistentes, histórico reputacional questionável, dentre outros fatores que vierem a ser definidos pelo Diretor de Riscos e *Compliance*; e/ou (b) que não tenham sido acusados e condenados em processo administrativo sancionadores por parte da CVM ou em processo apuração de irregularidade por parte da ANBIMA nos últimos 5 (cinco) anos; e/ou (c) que não tenham sido acusados ou condenados em processos judiciais ou administrativos que possam afetar a prestação de serviços e a reputação profissional do Terceiro nos últimos 5 (cinco) anos; (d) cujos sócios ou diretores tenham sido objeto de condenação transitada em julgado em processos envolvendo LD/FTP ou práticas de corrupção nos últimos 5 (cinco) anos; (e) quando, na hipótese em que haja fiscalização de atividades pela Ibiuna, o resultado dos testes periódicos realizados, por amostragem, em relação aos controles e procedimentos adotados pelo Prestador de Serviço Complementar para desempenho das atividades contratadas demonstrar que tais controles e procedimentos apresentem deficiências que não possam comprometer a prestação de serviços e o prestador de serviço se comprometa a saná-los em prazo acordado com a Ibiuna; e (f) critérios objetivos e subjetivos adicionais; e

“Baixo Risco”. Prestadores de serviços: (a) não enquadrados em qualquer dos itens acima (b) que forem associados ou aderentes aos Códigos ANBIMA, quando aplicável, (c) que não tenham sido acusados e condenados em processo administrativo sancionadores por parte da CVM ou em processo de apuração de irregularidade por parte da ANBIMA, bem como que não tenham sido acusados ou condenados em processos judiciais ou administrativos que possam afetar a prestação de serviços e a reputação profissional do Terceiro nos últimos 8 (oito) anos; (d) cujos sócios ou diretores tenham sido objeto de condenação transitada em julgado em processos envolvendo LD/FTP ou práticas de corrupção nos últimos 8 (oito) anos; (e) quando, na hipótese em que haja fiscalização de atividades pela Ibiuna, o resultado dos testes periódicos realizados, por amostragem, em relação aos controles e procedimentos adotados pelo Prestador de Serviço Complementar para desempenho das atividades contratadas demonstrar que tais controles e procedimentos não apresentem deficiências; e (f) critérios objetivos e subjetivos adicionais.

As reavaliações também ocorrerão quando ocorrer qualquer fato novo que a Ibiuna venha a tomar conhecimento e que possa ocasionar impactos relevantes na prestação dos serviços ou na hipótese de alteração significativa que cause dúvidas na Ibiuna quanto à classificação inicialmente realizada no âmbito da ABR acima.

5.4.2. ABR KYP - Supervisão

As atualizações do KYP ocorrerão da seguinte forma, para as hipóteses em que a Ibiuna **não** possua, por força da regulamentação, o dever de fiscalizar os Prestadores de Serviço Contratados ou o Administrador contratados:

Risco	Verificação	Procedimento
Alto Risco	12 (doze) meses	A Ibiuna deverá renovar o KYP de cada Terceiro avaliando, entre outros aspectos: (i) a manutenção da sua condição de instituição aderente ou associada à ANBIMA, conforme aplicável ou do credenciamento que o autoriza para a prestação da atividade para o Fundo de Investimento; (ii) potenciais conflitos de interesse; (iii) no caso de andamento de processos administrativos por parte da CVM e da ANBIMA; (iv) a atualização do QDD ANBIMA pelo Terceiro contratado, quando aplicável; e (v) a qualidade da prestação de serviços vis a vis as condições comerciais aplicáveis ao Terceiro.
Médio Risco	36 (trinta e seis) meses	
Baixo Risco	60 (sessenta) meses	

5.4.3. ABR KYP - Fiscalização

As supervisões ocorrerão da seguinte forma para as hipóteses em que a contratação pela Ibiuna está sujeita, por força da regulamentação, ao regime de fiscalização de atividades prestadas ao Fundo:

Risco	Verificação	Procedimento
Alto Risco	12 (doze) meses	A rotina de fiscalização da Ibiuna aplicável a cada Terceiro deverá contemplar, conforme aplicável: (i) a avaliação de potenciais conflitos de interesse; (ii) a existência e o andamento de processos administrativos por parte da CVM e da ANBIMA, bem como de processos judiciais ou administrativos que possam afetar a prestação de serviços e a reputação profissional do Terceiro; (iii) a avaliação da alteração de manuais e políticas adotadas pelo Terceiro para desempenhar a atividade contratada, conforme aplicável, incluindo a adoção de procedimentos e políticas de cibersegurança e para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13709/2018); (iv) a avaliação da composição societária e funcional do Terceiro contratado a fim de identificar mudanças que possam impactar a prestação de serviços para o Fundo de Investimento; (v) a realização de testes periódicos, por amostragem, em relação aos controles e procedimentos adotados pelo Terceiro para desempenho das atividades contratadas; e (vi) a realização de videoconferências
Médio Risco	36 (trinta e seis) meses	
Baixo Risco	60 (sessenta) meses	

	ou de visitas in loco para supervisão das atividades do terceiro contratado, a critério da Ibiuna.
--	--

6. Vigência e Atualização

Esta Política será revisada **anualmente**, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

Histórico de atualizações		
Versão ¹	Data	Responsável
1ª	Março de 2024	Diretor de Gestão e Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>
2ª e atual	Janeiro de 2025	Diretor de Gestão e Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>

¹ Em março de 2024, Política foi revisada e adaptada às demandas regulatórias da Resolução CVM 175. A Ibiuna optou por considerar como primeira versão da Política este novo formato, razão pela qual não estão sendo consideradas suas versões anteriores e respectivas datas.